

Apresentação em 12.11.2018



Prefeitura

Municipal da Estância Balneária

de Peruíbe

**Proposta de desafetação de áreas públicas para
implantação de equipamentos públicos**

Programação

Lei Municipal 3.368/2015 (Procedimentos para audiência pública)

18:00 – Abertura

18:30 – Composição da Mesa

18:45 – Apresentação de objetivos e regras da audiência

19:00 – Exposição técnica (Apresentação do Plano)

20:30 – Abertura para perguntas e sugestões

**21:00 – Encerramento com leitura resumida dos pontos
abordados.**

Objetivos da audiência pública

Finalidades: informar, esclarecer dúvidas e dar publicidade

- Apresentar a proposta de desafetação de áreas públicas para implantação de equipamentos públicos;
- Obter contribuições para sua melhoria ou revisão antes do encaminhamento à Câmara Municipal;
- Sugestões, opiniões, críticas e informações colhidas na Audiência terão caráter consultivo e não-vinculante, subsidiando a tomada de decisão por parte do Poder Executivo;
- As manifestações poderão ser feitas de forma oral ou escrita;
- Será lavrada ata com lista de presença anexa.

Descrição do problema

A legislação de parcelamento do solo:

- Até a edição da lei 6.766, em 1979: Decreto Lei 58/1937 não exigia a destinação mínima de áreas públicas nem o seu uso diversas denominações: praças, jardins, sistemas de lazer, sistemas de recreio, áreas verdes...
- Após a Lei 6.766, em 1979: exigência mínima de áreas públicas, divididas em bens públicos de uso comum (as praças e áreas de livre fruição da população) e bens públicos de uso dominial (as áreas institucionais, reservadas para a implantação dos equipamentos públicos).

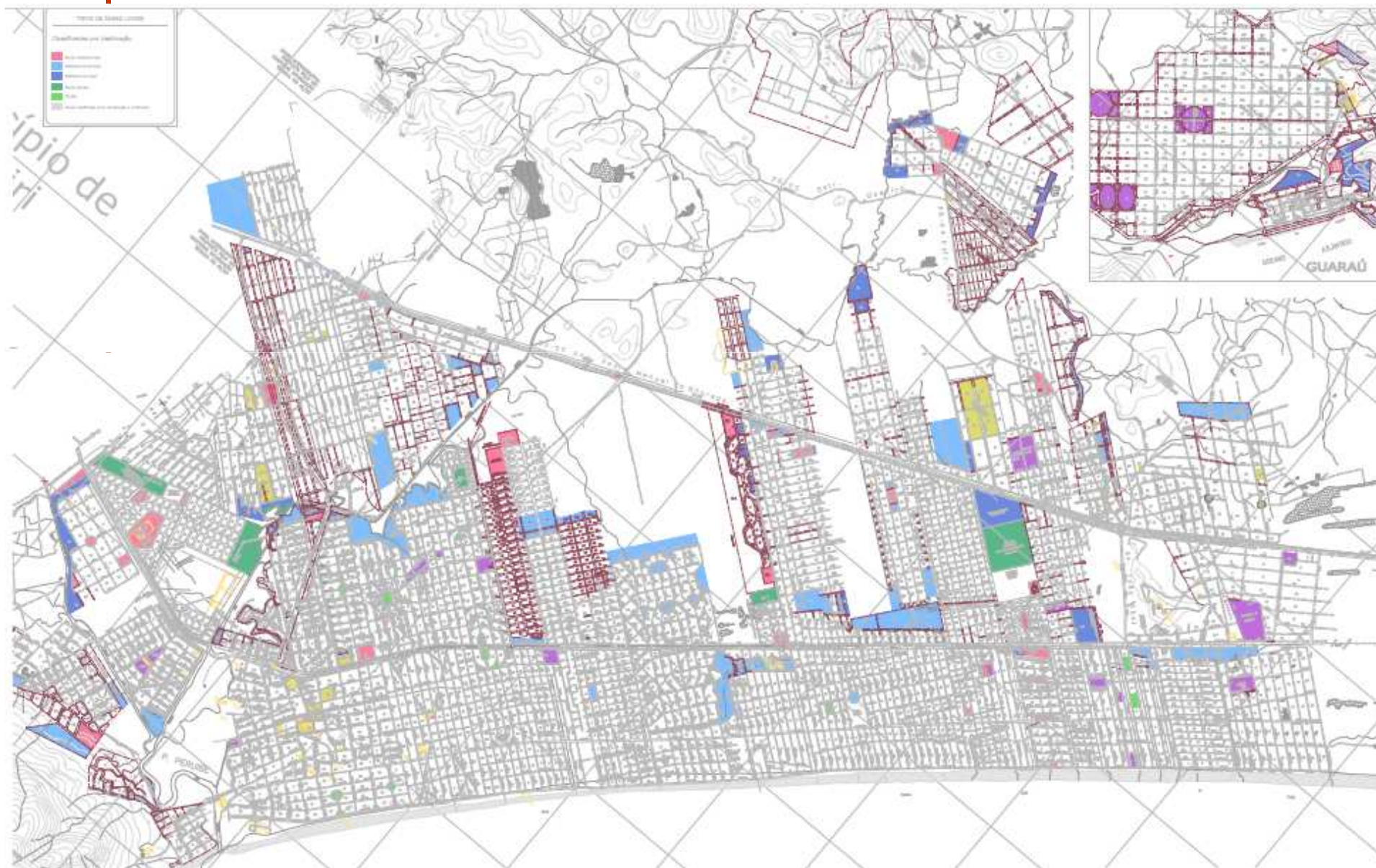
Descrição do problema

- carência de áreas públicas institucionais próximas às demandas existentes;
- grande número de áreas públicas em loteamentos aprovados anteriormente à Lei 6.766/79, que não conseguem ser utilizadas para a captação de recursos por não se enquadrarem nas condições exigidas sem as respectivas desafetações;
- boa parte das demandas concentram-se justamente nos loteamentos mais antigos, por serem via de regra mais populosos;

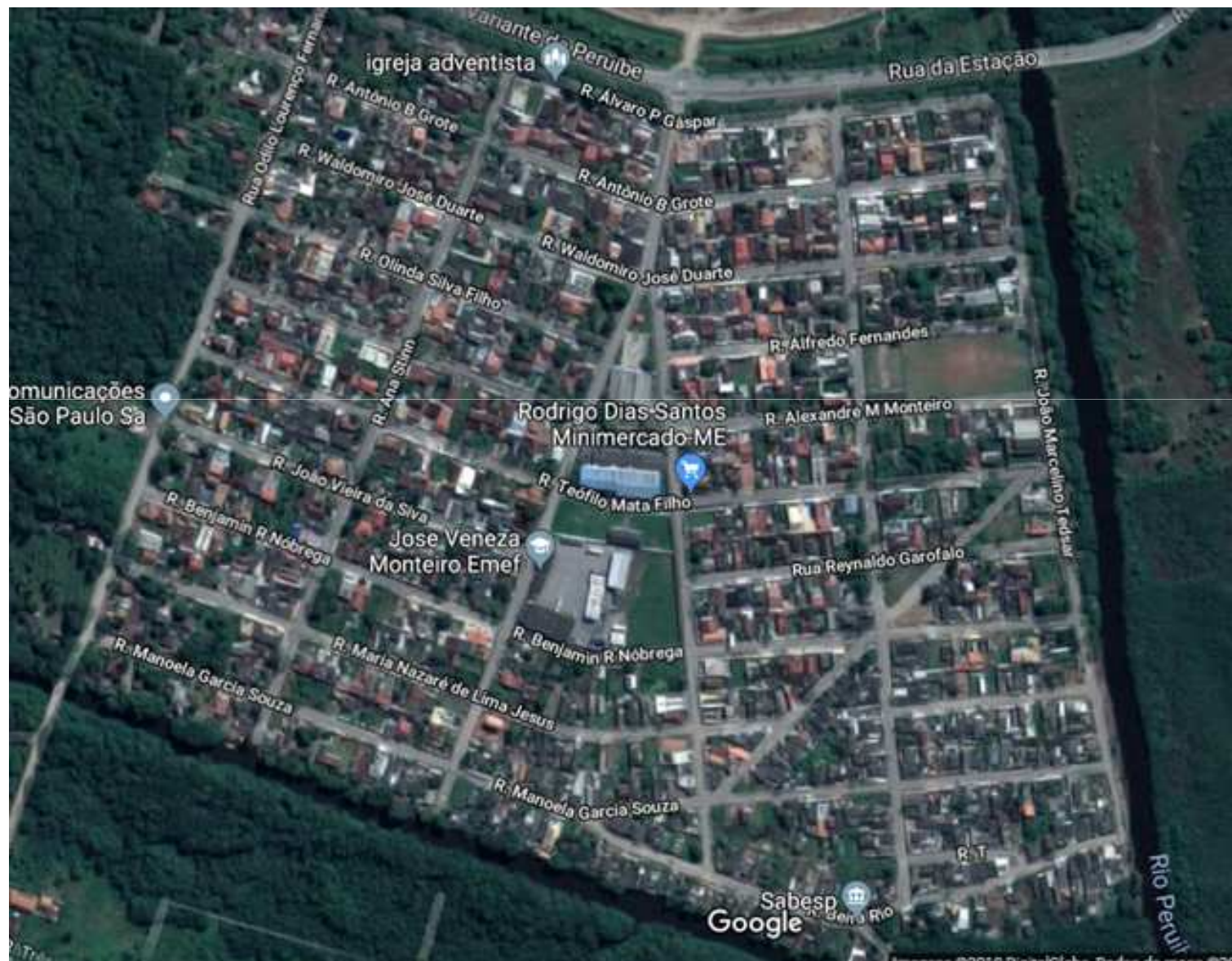
Descrição do problema

- áreas públicas sem possibilidade de utilização tornam-se alvo fácil para a ocupação irregular, com prejuízos à toda municipalidade;
- é contraproducente a utilização integral das áreas públicas em projetos de urbanização ou preservação, sem o atendimento das demandas específicas dos moradores por serviços públicos.

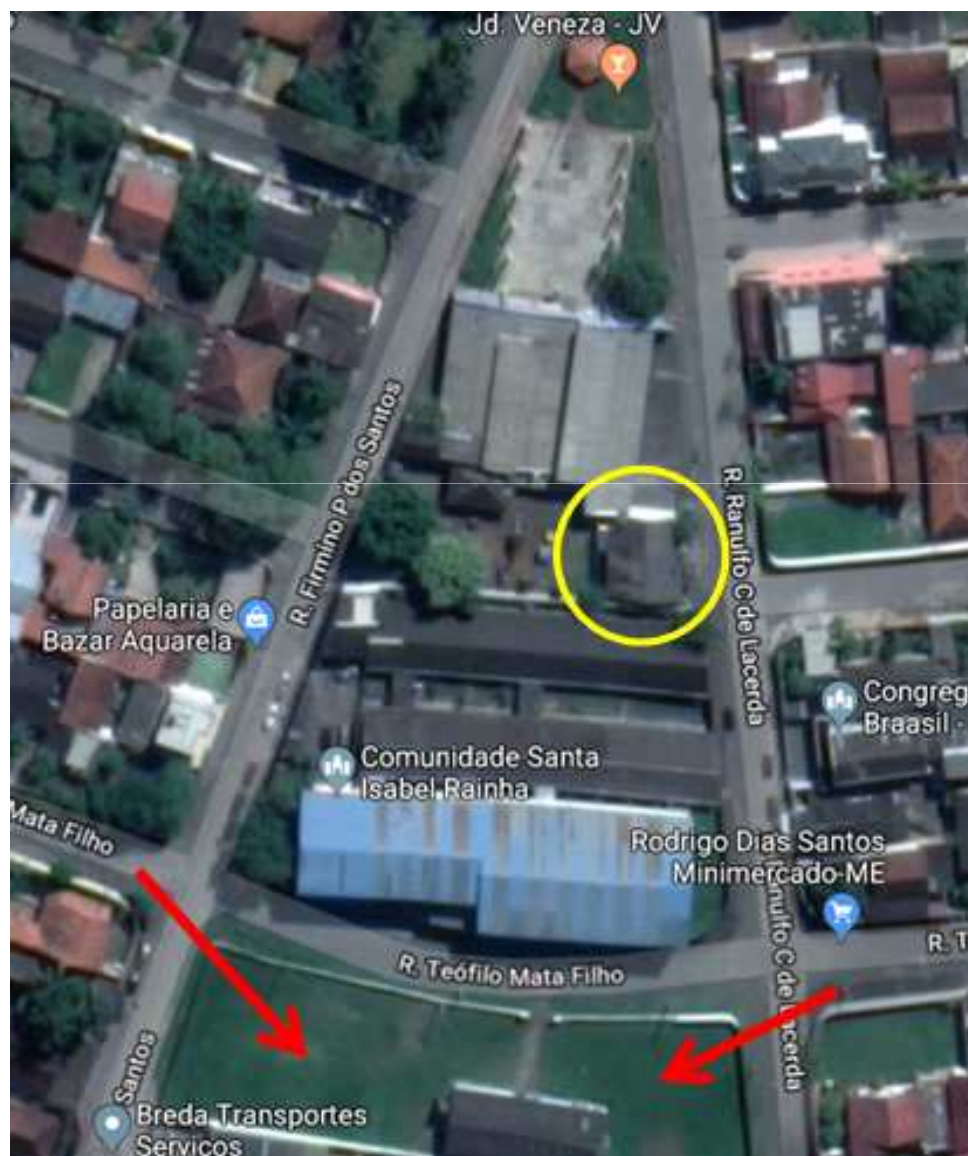
Áreas públicas municipais



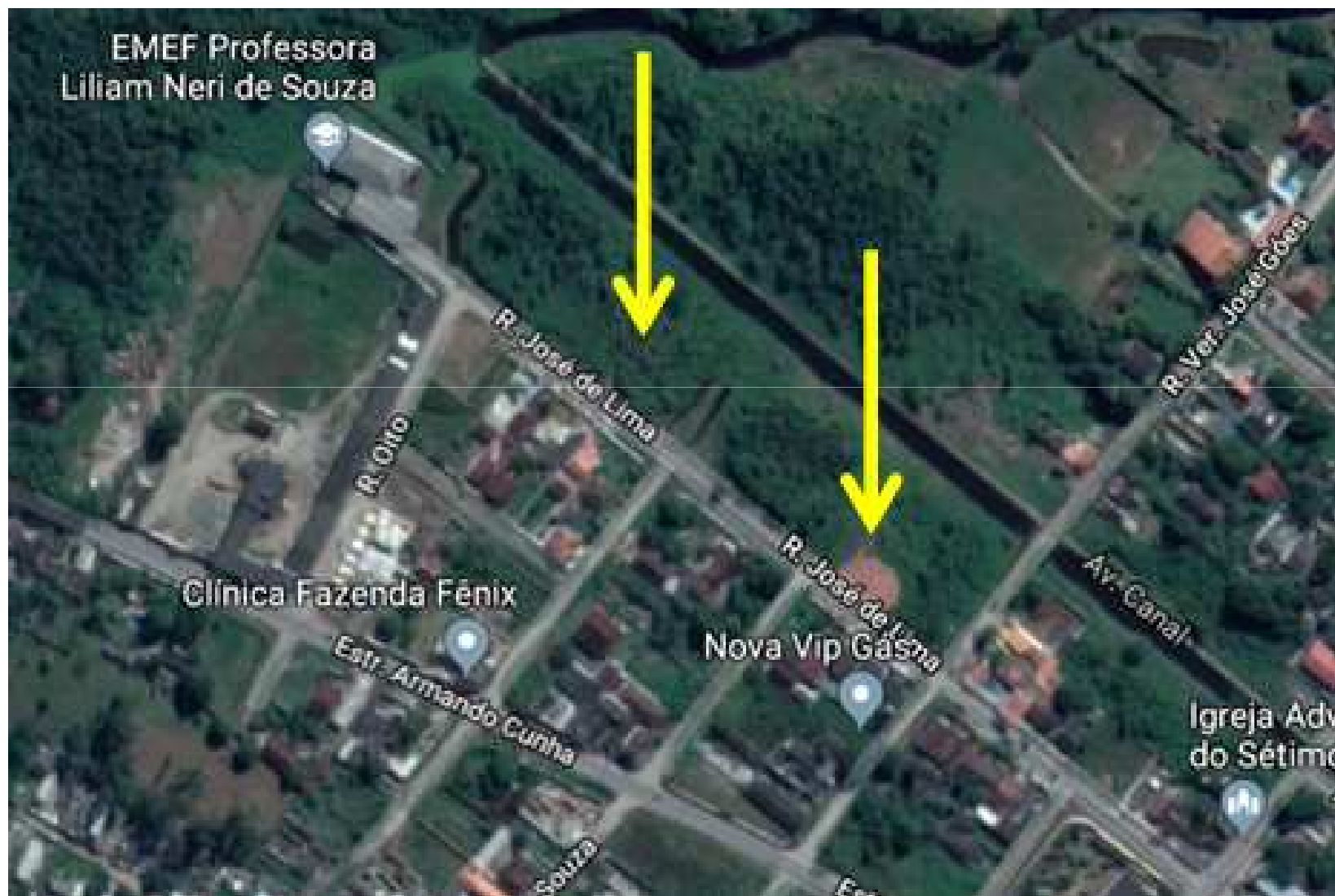
Situações específicas



Situações específicas



Situações específicas



Tratativas

A Secretaria Municipal de Planejamento formalizou consulta à Secretaria de Assuntos Jurídicos sobre a possibilidade de utilizar áreas públicas aprovadas anteriormente à Lei 6.766/79 para a implantação de equipamentos públicos necessários à população, como postos de saúde, creche, escolas, equipamentos turísticos, entre outros fins, sob a alegação que a vedação aplicaria-se somente aos loteamentos aprovados após a lei 6.766.

Solução proposta

Em resposta, a Secretaria de Assuntos Jurídicos manifestou-se, através de parecer formulado por procurador do município, sobre a possibilidade de desafetação de área pública, desde que garantido a oitiva da população em processo de audiência pública, o que é garantido pelo artigo 181 da mesma Constituição.

Solicitação objeto da audiência

Desta forma, considerando que é uma situação recorrente e o trabalho de desafetação terreno a terreno é trabalhoso, a Secretaria de Planejamento solicita um parecer favorável para **utilização de até 50% das áreas públicas de cada loteamento** não relativas ao sistema viário (entenda-se neste critério as áreas públicas excluindo o sistema viário municipal) nos loteamentos aprovados **anteriormente à Lei 6.766/79**, para **a implantação de equipamentos institucionais**.

Tratativas

Havendo casos onde a necessidade do município ultrapasse os 50% de utilização das áreas públicas, o município deverá formular nova consulta ao Conselho da Cidade, tratando terreno a terreno onde estas situações acontecerem.

Incluimos nesta audiência a solicitação para utilizar a área pública, ao lado do Centro Comunitário do Jardim Veneza, para a implantação de uma nova UBS e de outro equipamento público ali necessário.

Obrigado!

Regramento para manifestações

Perguntas / sugestões / críticas / elogios
em forma oral ou escrita

Forma escrita:

- secretário recolherá as perguntas
- perguntas não relacionadas ao tema serão desconsideradas
- perguntas não respondidas serão anexadas ao relatório para análise e resposta posteriores

Forma oral:

- Tempo máximo por participante 5 minutos
- + 2 minutos de réplica se autorizado